



A AGROECOLOGIA E A MARCHA DAS MARGARIDAS

Agroecology and the “Marcha das Margaridas”

Sarah Luiza de Souza Moreira¹ e Suzi Huff Theodoro²

RESUMO

A Marcha das Margaridas é uma mobilização das mulheres do campo, das águas e das florestas, que ocorre no Brasil desde 2000 e que vem, ao longo de suas edições, incorporando a pauta da Agroecologia, por meio de uma reflexão sobre seu desenvolvimento conceitual, no Brasil e no mundo. O conceito passou de uma concepção mais teórica e técnica, para uma perspectiva mais sistêmica, caracterizando-se como ciência, movimento e prática, que incorpora novos temas, a partir da convergência e diálogos de saberes. No processo de organização do movimento agroecológico brasileiro, o diálogo com o movimento feminista foi sendo aprofundado e o lema “Sem feminismo não há Agroecologia” ganhou força e centralidade. O presente trabalho analisa a contribuição histórica das mulheres no tema, sendo suas lutas fundamentais para a construção e ressignificado da Agroecologia. A partir de análises teóricas e documentais, bem como por entrevistas, concluímos que ocorreram mudanças conceituais no tema em cada edição da Marcha, respaldadas pela visibilização da contribuição econômica e política das mulheres rurais e de sua luta contra o patriarcado.

Palavras-chave: Transição Agroecológica. Movimento de Mulheres. Feminismo.

¹ Mestra em Meio Ambiente e Desenvolvimento (PPG-MADER/UnB)
sarahluiza1982@gmail.com

² Professora do Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento (PPG-MADER/UnB)
suzitheodoro@unb.br

Recebido em: 29/07/2019

Aceito para publicação em: 22/10/2020

Correspondência para:
sarahluiza1982@gmail.com

ABSTRACT

The Marcha das Margaridas is a mobilization of rural women which has been celebrated in Brazil since 2000 and has incorporated the Agroecology agenda through a reflection on its conceptual development both in Brazil and the world. The concept went from a more theoretical and technical one to being more systemic, being characterized as a science, a movement and a practice which incorporates new themes by converging and sharing knowledge. Dialogue with the feminist movement strengthened while the Brazilian agroecological movement was being organized, and the motto “Without feminism there is no Agroecology” gained strength and centrality. This paper analyzes the historical contribution of women in this theme, as their struggles were fundamental to the construction and reframing of Agroecology. Through theoretical and documentary analysis, as well as interviews, we concluded that each edition of the March led to conceptual changes which were supported by the visibility of the economic and political contribution of rural women and their struggle against patriarchy.

Keywords: Agroecological Transition. Women’s movement. Feminism.

Introdução

A Agroecologia surge como uma prática produtiva saudável e sustentável em contraposição à Revolução Verde e a todo o sistema produtivo baseado na monocultura, na exportação de produtos primários e na importação e uso de insumos químicos e tecnológicos, que, somados, trazem um alto impacto social e ambiental para o Brasil e para o mundo. Inicialmente, de forma científica e ambiental e, posteriormente, social e política, o conceito de Agroecologia foi se estabelecendo na contramão desse processo de tecnificação, de uso dos pacotes agroquímicos, sementes modificadas, etc. Na construção dessa alternativa produtiva, procurou-se manter elementos do conhecimento tradicional, considerando, também, a necessidade de discussão sobre a concentração de terra e poder nas mãos de grandes proprietários rurais (PIRES e RAMOS, 2009).

Ao longo das últimas décadas, a Agroecologia tem passado por redefinições, ampliando sua perspectiva desde um olhar estritamente agrônomo, passando para uma percepção mais preocupada com a questão ambiental, até migrar para uma visão ampliada, voltada às problemáticas sociais e sistêmicas (SILIPRANDI, 2017; LUZZI, 2007; MONTEIRO e LONDRES, 2017).

Para Gliessmann (2001), [a Agroecologia] é a aplicação dos princípios e conceitos da ecologia ao desenho e manejo de agroecossistemas sustentáveis. Para Altieri (1989), a agroecologia é uma ciência emergente que estuda os agroecossistemas integrando conhecimentos de agronomia, ecologia, economia e sociologia. Para outros, trata-se apenas de uma nova disciplina científica. Para Guzmán (2001), a agroecologia não pode ser uma ciência, pois incorpora o conhecimento tradicional que, por definição, não é científico. No entanto, consideramos que a agroecologia é uma ciência em construção, com características transdisciplinares integrando conhecimentos de diversas outras ciências e incorporando inclusive, o conhecimento tradicional, o qual pode ser é validado por meio de metodologias científicas - mesmo que, às vezes, sejam métodos não-convencionais (FEIDEN, 2005, p. 53 – 54)

Mais recentemente, algumas definições, como as de Francis et al. (2003) e Stephen Richard Gliessman (2007), sugerem que a Agroecologia é o estudo integrado da ecologia de todo o sistema alimentar, englobando dimensões ecológicas, econômicas e sociais (ecologia dos sistemas alimentares). Guzmán Casado et. al. (2001) compartilha a visão mais sociológica da Agroecologia, na medida em que explicitam a interação de três dimensões fundamentais: i) a ecológica e técnico-agrônomo; ii) a socioeconômica e cultural; e iii) a sociopolítica. Outros debates acrescentam à ciência e às práticas agroecológicas: a ação dos movimentos sociais, como parte intrínseca da Agroecologia, que passa a ser entendida como ciência, prática e movimento, conforme artigo publicado por Alexander Wezel et al (2009). No Brasil, a Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) e a Associação Brasileira de Agroecologia (ABA) têm utilizado tal concepção como referência, orientando suas reflexões e articulações nos trabalhos desenvolvidos com os diversos movimentos sociais do campo, como o movimento sindical rural.

A partir da década de 1980, foi iniciado, no Brasil, um processo de articulação das organizações/movimentos sociais e de setores ligados à agricultura alternativa e à agricultura familiar, a partir da mobilização da Rede do Projeto de Tecnologias Alternativas (PTA). O PTA começou a ser executado pela FASE, em 1983, em ação que realizava o mapeamento das organizações que vinham trabalhando as tecnologias alternativas no Brasil. Como consequência desse processo, a Rede PTA tornou-se um espaço de encontro, diálogos e construção, vindo a contribuir para a constituição da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), nos anos 2000.

Paralelo a esse processo, também nos anos 2000, foi realizada a primeira Marcha das Margaridas, como parte da Campanha da Marcha Mundial das Mulheres (MMM), liderada pelas mulheres trabalhadoras rurais, como se definiam as integrantes do movimento sindical rural, vinculadas à Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultoras e Agricultores Familiares (Contag). Seus principais objetivos tem sido, desde esse momento, dar visibilidade ao trabalho e à contribuição econômica, política e social das mulheres rurais; denunciar e protestar contra a fome, a pobreza e todas as formas de discriminação, violência e exploração vivenciada por elas, além de apresentar propostas de políticas públicas para as mulheres do campo, da floresta e da cidade (CONTAG, 2015).

É importante esclarecer que a Marcha Mundial das Mulheres é um movimento feminista internacional, que se organizou a partir de 2000, com a finalidade de realizar uma campanha mundial contra a pobreza e a violência contra as mulheres.

Na construção dessa mobilização, também estiveram envolvidas organizações do movimento feminista, como a própria Marcha Mundial das Mulheres e a Sempre Viva Organização Feminista (SOF), entidades sindicais como a CUT e movimento de mulheres e quilombolas e sindicais, o MMTR-NE e o MIQCB. Além dessas, apoiaram a mobilização entidades de assessoria técnica da agricultura alternativa, como a Associação Agroecológica Tijupá, a Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional Nacional (FASE), o Esplar - Centro de Pesquisa e Assessoria e o Grupo de Trabalho Amazônico (GTA). Nesse primeiro momento, em que a Marcha ainda havia sido uma primeira grande mobilização das mulheres rurais, a participação de entidades que vinham construindo a agricultura alternativa e iniciando os debates sobre a Agroecologia no Brasil se deu através do apoio a essa luta: suas concepções de agricultura passaram ao longo de cada uma das edições, possibilitando o diálogo mais aprofundado das aproximações entre a luta das mulheres e a Agroecologia. O processo de articulação e mobilização da Marcha das Margaridas se deu em um contexto de ampliação da participação social e política e de fortalecimento dos movimentos sociais no Brasil, que vinham, desde a década de 1970, lutando pelo fim da ditadura civil-militar, pautando a redemocratização do país. Vale destacar que, ao longo de todo esse período, as mulheres estiveram presentes nos processos políticos, tanto dentro dos movimentos sociais mistos e partidos, quanto em movimentos de mulheres autônomos, como o Movimento Contra a Carestia ou os grupos de mães, em organizações de bairro. No entanto, essa participação, que tem sido uma busca das mulheres por constituir-se como sujeitos coletivos e políticos, passa por um processo histórico de invisibilização, que busca restringir ou limitar as mulheres ao espaço privado e aos trabalhos domésticos e de cuidados (FARAH, 2004). Ao mesmo tempo, os debates sobre a Agroecologia, nos espaços acadêmicos e dos movimentos sociais, ia acontecendo, com o objetivo de encontrar e somar reflexões e proposições sobre a importância da visibilização e valorização do trabalho e da produção das mulheres na agricultura.

O termo Agroecologia surgiu, explicitamente, nos documentos da Marcha das Margaridas, em 2003, mas passou a fazer parte de um dos seus eixos estruturadores apenas em 2007, junto ao debate de acesso à terra e à água. Percebe-se que esse movimento de incorporação da Agroecologia como estratégia política e social foi ocorrendo a partir dos debates e aproximações das mulheres rurais com o movimento agroecológico, por meio da participação desse grupo em espaços de articulação e diálogo sobre a formulação das políticas públicas para o meio rural como, por exemplo, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (Condraf), a Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Cnapo) e o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA).

Pode-se afirmar, ainda, que a Marcha contribuiu para a aproximação de movimentos que, antes, pouco dialogavam com a pauta, por vezes tendo até tensões e divergências conceituais fundantes. Possibilitou também a associação do debate de classe com os debates feministas e ambientais/ecológicos, colocando a luta das mulheres, em suas reivindicações por uma sociedade mais justa e igualitária entre homens e mulheres, com os mesmos direitos e oportunidades, junto a pautas por um ambiente mais saudável e um desenvolvimento rural mais sustentável e economicamente viável (BUTTO, 2017).

No início dos anos 2000, o fortalecimento do movimento agroecológico no Brasil foi se dando, especialmente em torno da ANA, no mesmo período histórico em que os movimentos feministas e de mulheres estavam se consolidando no país, como a MMM e o MMTR-NE. Aos poucos, foi se dando a aproximação do movimento de mulheres com o agroecológico, a partir dos debates de gênero. O debate feminista, tanto no movimento de mulheres rurais quanto no agroecológicos, é mais recente.

Com a aproximação entre esses dois campos de reflexão e lutas, as mulheres vão compreendendo e (re)interpretando a Agroecologia como um modo de produzir, relacionar-se com o trabalho da agricultura, a vida e as pessoas no campo.

Como reflete Maria Emília Pacheco (2002; 2009), essa perspectiva precisaria ter como base a sustentabilidade social e ambiental, ao mesmo tempo em que era necessário considerar e pautar a necessidade da construção de relações respeitadas e igualitárias entre homens, mulheres, jovens, idosas e dessas/es com a natureza. Miriam Nobre (2002; 2015) reafirma a centralidade do destaque para o fato

de que a produção agroecológica era, e segue sendo, realizada por homens e mulheres, mesmo que, muitas vezes, apenas eles sejam ouvidos e tenham visibilidade. As mulheres e lideranças que fazem e se organizam no movimento agroecológico afirmam e defendem que a Agroecologia e aqueles/as que a constroem não podem aceitar ações violentas dos homens contra as mulheres, tanto nos espaços públicos quanto nos privados.

Nesse mesmo sentido, Emma Siliprandi (2015) reforça a ideia trazida por Maria Emília (2002; 2009), afirmando que a Agroecologia diz respeito à diversidade de tradições, culturas e saberes, bem como a proteção à sociobiodiversidade, ao patrimônio genético e aos bens comuns. Vandana Shiva (2006), como o fez Miriam Nobre (2002;2015), afirma a necessidade de que o patriarcado também seja questionado e enfrentado pela Agroecologia. Ela nos diz que é fundamental que a Agroecologia leve em conta “a existência de uma base patriarcal de paradigmas, modelos, processos, políticas e projetos, que precisam ser entendidos e desmontados em seus argumentos e lógicas”. (SHIVA, 2006, p. 159).

O conceito de Agroecologia toma forma na luta, na resistência e nas alternativas das pessoas que a constroem e que a consideram como um modo de vida. Os movimentos, sendo parte desse processo, trouxeram seus aportes - assim como as mulheres, desde sua perspectiva, que tem pautado a necessidade da Agroecologia incorporar a busca por uma sociedade sem violência, opressão e desigualdade de gênero. A partir dessa percepção, diversas militantes e autoras, como Emma Siliprandi (2015) e Miriam Nobre (2015), têm afirmado que enfrentar a desigualdade de gênero não é sair do foco da Agroecologia.

Considerando a importância, a abrangência e a sinergia entre o feminismo e a Agroecologia na caminhada da Marcha das Margaridas nas últimas duas décadas, o presente trabalho tem como principal objetivo analisar a contribuição histórica da Marcha das Margaridas na ressignificação do conceito de Agroecologia, ao longo do processo de lutas e resistências que caracteriza essa articulação-mobilização.

Metodologia

Neste trabalho, fizemos o exercício de analisar de que forma a perspectiva agroecológica foi sendo incorporada e defendida nas pautas das quatro primeiras edições da Marcha das Margaridas, e como as mulheres se viam nesse percurso, bem como quais foram as mudanças conceituais que puderam ser percebidas ao longo dos anos.

A pesquisa deste artigo advém da dissertação de mestrado defendida e aprovada em maio de 2019, no Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural, da Faculdade de Planaltina da Universidade de Brasília. Foi realizada uma análise das falas de lideranças entrevistadas, das/os principais teóricas/os estudiosas/os da Agroecologia e dos documentos construídos pela Marcha das Margaridas.

Vale explicar que as identidades das mulheres que organizam e participam da Marcha foram se complementando e complexificando ao longo dos anos: inicialmente, era formada por “trabalhadoras rurais”, integrantes do movimento sindical rural; depois, passaram a se perceber e incluir a identidade de “mulheres do campo e das florestas”; e, atualmente, apresentam-se como “mulheres do campo, das águas e das florestas”, adicionando aquelas que trabalham e vivem das águas. Para esse artigo, foram selecionadas algumas respostas de representantes do movimento agroecológico, das organizações parceiras e de lideranças que estiveram à frente da coordenação das Marchas das Margaridas. Essas falas foram retiradas das 14 entrevistas semiestruturadas, realizadas entre os anos de 2018 e 2019, que envolveu 16 pessoas (13 mulheres e 3 homens), assim distribuídas: 4 representantes da Contag (3 ex-coordenadoras e 1 ex-assessora), 8 representantes de organizações parceiras (2 da MMM; 1 do MIQCB; 1 do MMTR-NE; 1 do GT Mulheres da ANA; 3 do Núcleo Executivo da ANA); e 4 do governo (2 da DPMR; 1 do MMA; 1 Secretaria Executiva). A definição das pessoas se deu pelo envolvimento delas na realização das Marchas das Margaridas, na organização do movimento agroecológico e no diálogo, desde o governo, com as pautas da Marcha. À exceção de 2 pessoas do governo, todas as outras já eram conhecidas da autora, em virtude de sua atuação no movimento feminista e agroecológico. A metodologia foi fundamental para garantir o distanciamento necessário para o estudo.

As 14 entrevistas foram feitas com 16 pessoas, tendo sido duas delas realizadas em duplas. Em alguns casos, as entrevistas foram presenciais (eventos de Agroecologia, como reuniões do grupo de trabalho e o ENA, por exemplo) e, em outras, foram por Skype. A presença de três entrevistados homens justifica-se pelo fato de que eles participaram, apoiaram e, em alguns casos, foram sujeitos determinantes na construção de políticas públicas que atenderam as demandas das mulheres.

A pesquisa foi desenvolvida com base na epistemologia e metodologia feminista, com uso da técnica da história oral e das linhas narrativas. A perspectiva da história oral contribuiu na reconstituição, a partir das falas, de percursos e processos, a partir da junção de diferentes falas e distintos lugares. Alessandro Portelli (1997) ressalta que as fontes orais nos contam não apenas do que se fez, mas, também, do que se queria fazer, do que se acreditava estar fazendo e o que, agora, pensa que foi feito. Já a linha narrativa, foi utilizada como recurso analítico, que contribuiu para "(...) esquematizar os conteúdos das histórias utilizadas como ilustrações e/ou posicionamentos identitários no decorrer da entrevista" (SPINK e LIMA, p. 93-94). Nesse sentido, foi dada especial atenção à construção do percurso, pelo qual o conceito da Agroecologia foi se consolidando ao longo do tempo, bem como pela forma como as mulheres, os movimentos e as organizações que constroem a Marcha foram incorporando-o e o adequando-o a suas realidades.

Quando falamos em metodologia feminista, consideramos que, para além do uso específico de determinadas técnicas de coleta de dados, estamos tratando da inclusão de questões referentes às mulheres ou às relações desiguais de gênero na construção do conhecimento, como nos fala Cristina Bruschini (1992). Nesse sentido, diferentes linhas de estudos podem utilizar-se de metodologias feministas, desde que construída em uma perspectiva não-sexista. Dessa forma, as metodologias feministas são consideradas como instrumentos ou estratégias de mudança social, em especial, das situações de opressão e violência vividas pelas mulheres, e devem orientar todo o processo de construção das investigações (BRUSCHINI, 1992; DIAS, 1992; NEVES e NOGUEIRA, 2003). A partir dessa abordagem feminista, as pesquisadoras/es têm buscado visibilizar e valorizar as experiências das mulheres, com o uso de análises e linguagens não-sexistas (EICHLER, 1988), para o fortalecimento desse grupo social.

Resultados – A contribuição histórica das mulheres rurais para a Agroecologia

Diversos estudos, como os de Maria Emília Pacheco (2002; 2009), Michela Calaça (2012), Laeticia Jalil (2013), Ana Paula Ferreira (2015) e Emma Siliprandi (2015), assim como as falas das entrevistadas, vêm mostrando que, à medida que as mulheres vão entrando em contato com o conceito de Agroecologia, elas conseguem perceber que suas mães e avós a praticavam, mesmo sem utilizar ou conhecer o termo. No entanto, suas ações vinham no sentido de garantir a existência da diversidade de plantas e sementes, de produzir com o mínimo de impacto ambiental, na busca por consumir e pôr na mesa alimentos saudáveis. Elas já consideravam a sustentabilidade da vida como prioridade, e valorizavam o autoconsumo, a qualidade e o uso de insumos naturais, estando, assim, o cuidado no centro, como forma de contribuir com a melhoria de vida das pessoas (PACHECO, 2009; CALAÇA, 2012; JALIL, 2013). A partir dessa perspectiva, as mulheres passaram a se reconhecer no fazer agroecológico e participar, cada vez mais, na construção do que tem se constituído como o movimento agroecológico. Todavia, segue como desafio valorizar e visibilizar as mulheres como fundamentais no processo de construção das práticas e reflexões que constroem a Agroecologia.

Na compreensão que nós temos da agroecologia, as mulheres fazem parte desse ambiente. Sem a participação efetiva delas, não tem agroecologia. Pode até ser uma produção orgânica, mas a agroecologia é a integração de todos os seres vivos. As mulheres precisam ter o seu espaço de decisão, poder dizer o que plantar, como, onde, para quê (agricultora participante do III ENA, 2014)

Como podemos ver, as mulheres que constroem a Agroecologia, desde os seus quintais, suas hortas, seus roçados e seus movimentos, gritam por seu direito de ter o poder de decisão sobre a sua vida e a sua produção: assim, afirmam que sem autonomia das mulheres, não há Agroecologia.

A história do movimento agroecológico no Brasil também é permeada por debates em torno do conceito de gênero, assim como pela organização e luta pela construção de uma Agroecologia que valorizasse e visibilizasse o trabalho das mulheres, incorporando a luta feminista como parte indissociável. Nos anos 1990, a Sempre Viva Organização Feminista (SOF) organizou oficinas regionais e nacionais sobre Gênero e Agricultura Familiar, gerando a publicação “Gênero e Agricultura Familiar” (NOBRE et al. 1998), que se tornou referência para os trabalhos na área. Esse processo também teve como resultado a criação do GT de Gênero da Rede Projeto Tecnologias Alternativas (PTA).

No I ENA (2002), que contou com uma participação pequena de mulheres, iniciaram-se as conversas sobre a criação de espaços específicos para debater sobre as relações desiguais de gênero no movimento agroecológico. Em 2004, foi realizado o Seminário sobre Gênero e Agroecologia, em Mário Campos/MG, momento em que foi constituído o GT Gênero da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), que pouco depois receberia o nome de GT Mulheres da ANA. Esse encontro reuniu organizações e redes, como o Grupo de Trabalho de Gênero da Região Sudeste; a FASE; o Grupo de Trabalho em Agroecologia na Amazônia (GTA) e a Rede Economia e Feminismo (REF). O processo de organização das mulheres no movimento agroecológico foi se adensando e conseguiu que, no II ENA (2006), tivesse paridade de gênero. Isso contribuiu ativamente com a organização das mulheres (MOREIRA et al, 2018).

Outro processo significativo foi denominado “Encontros Possíveis: Feminismo e Agroecologia” (2006), preparatório para o II ENA, organizado pelo SOS Corpo e outras ONGs feministas e de mulheres de Pernambuco, para aportar reflexões sobre a realidade das mulheres trabalhadoras rurais e fortalecer a Agroecologia. Uma importante ação do GT Mulheres da ANA, em parceria com a Action Aid, uma organização não governamental internacional, cujo objetivo principal é trabalhar contra a pobreza em todo o mundo, foi a construção da pesquisa-ação de sistematização de experiências agroecológicas das mulheres no Nordeste e Minas Gerais, entre os anos de 2007 e 2010. No Encontro de Diálogo e Convergências (2011), que contou com uma participação de quase 60% de mulheres, o GT organizou uma oficina sobre a participação e auto-organização das mulheres, destacando seu protagonismo na construção da Agroecologia, desde os seus territórios.

No VI Congresso Brasileiro de Agroecologia (CBA), em 2009, realizado em Curitiba, as mulheres, mobilizadas pelo GT de Gênero da ABA, realizaram um painel sobre Gênero e Agroecologia e uma oficina intitulada “Por uma Agenda que Valorize o Papel das Mulheres na Agroecologia”, com destaque para a carta política que afirmou a importância da pauta das relações de gênero e da visibilização das mulheres como sujeitos construtores da agroecologia. Em 2013, o VIII CBA, que ocorreu em Porto Alegre, com o lema “Sem Feminismo não há Agroecologia” ganhou força em relação a posturas conservadoras de alguns autores e pensadores que buscavam reforçar uma concepção tecnicista da agroecologia no Brasil. No III Encontro Nacional de Agroecologia (ENA), o lema se consolida, especialmente a partir dos debates da Plenária das Mulheres, realizada pelo GT, que contou com mais de mil mulheres e um ato político de inauguração simbólica da Embrapa Agroecologia, na sede da Embrapa Semiárido (MOREIRA et al, 2018). Em Brasília, no X CBA/2017, o GT de Gênero da ABA e o GT Mulheres da ANA, frente a uma mesa que tratava sobre a memória da agroecologia, composta apenas por homens, ergueram cartazes e gritaram palavras de ordem, que diziam “A nossa luta é todo dia, somos memória da Agroecologia”.

Ao longo de todo esse processo, as mulheres e as organizações feministas que participam da construção da Marcha das Margaridas (MMM, SOF, MMTR-NE, FASE etc.), e que também compunham o GT de Mulheres da ANA, foram contribuindo para pautar, com maior força, a Agroecologia nos documentos políticos e nas pautas da Marcha. Em 2011, o GT é convidado a contribuir com os debates sobre o tema, tanto no processo preparatório quanto nos momentos de formação, assumindo a coordenação do espaço Mulheres e Agroecologia, que contou com vídeos, rodas de conversa e exposições. Em 2015, o GT Mulheres da ANA passa a compor a coordenação ampliada da Marcha das Margaridas.

Discussão – Agroecologia na Marcha das Margaridas: olhando para o percurso e as mudanças conceituais

Em nossas entrevistas, ao perguntar às mulheres sobre como a Agroecologia entrou na pauta da Marcha das Margaridas, elas ressaltaram que isso ocorreu porque esse tipo de prática já fazia parte das suas vidas, dos seus trabalhos e do seu cotidiano. Não foi um tema que surgiu do nada: quando as agricultoras, as mulheres do campo, conheceram e entenderem o que elas já colocavam em prática, mesmo sem conhecer o conceito.

Da parte das mulheres isso (a agroecologia) sempre foi colocado a partir de um lugar... porque a Marcha nasce da luta pelo reconhecimento do papel das mulheres no meio rural, na propriedade, na vida e é exatamente desse lugar que a agroecologia aparece, exatamente da vivência das mulheres, do que elas fazem efetivamente e do diferencial que elas têm significado na propriedade também de manter um processo de maior sustentabilidade (ex-secretária de mulheres da Contag, 2018).

Uma das nossas entrevistadas, que fez parte da Secretaria de Mulheres da Contag, destaca que, desde 2000, as mulheres já pautavam a questão do meio ambiente de forma forte, trazendo temas como a seca, a Amazônia, o tratamento de água e a produção saudável. Mesmo que de forma tímida, já havia a articulação entre temas como terra, água e meio ambiente. Sobre como os assuntos relacionados à Agroecologia apareceram nos documentos da primeira Marcha, as entrevistadas comentam:

Quando as mulheres se juntam para fazer uma ação conjunta e a essa ação elas dão o nome de Marcha das Margaridas então elas trazem junto um conjunto de temas que viviam na invisibilidade, um deles a pobreza, por isso que as mulheres queriam terra, por isso que as mulheres querem água, para produzir, por isso que as mulheres querem terra e titulação conjunta, que as mulheres até então não tinham (ex-secretária de mulheres da Contag, 2018).

Ainda em 2000, os temas que compõem a agenda da Agroecologia encaixavam-se no eixo “Valorização da participação da mulher na preservação do meio ambiente”, em que temas relacionados à (i) moratória dos produtos transgênicos; (ii) criação de linhas de crédito para fomentar a produção agroambiental (a exemplo do processamento do babaçu); (iii) campanha de combate ao uso de agrotóxicos; (iv) garantia de acesso aos serviços de comercialização e tecnologias sustentáveis para as agricultoras, pescadoras e extrativistas, já mostravam a relação direta entre mulheres e Agroecologia.

Como já citamos, diversas entidades que vinham trabalhando com a perspectiva agroecológica contribuíram com a entrada da Agroecologia na pauta da Marcha das Margaridas. Elas foram fundamentais, por evidenciarem, desde aquele período, questões e problemáticas que o movimento agroecológico estava pautando em seu processo de organização e luta no Brasil. É interessante perceber que a construção de uma rede de alianças, pensada como um conjunto de entidades, organizações e apoios estratégicos e continuados, agregou, desde o início, órgãos sindicais, movimentos e organizações feministas e de mulheres, assim como movimentos e organizações ambientais e agroecológicas. Essa composição demonstra a diversidade de concepções políticas que vieram se somar a essa ação, cada uma trazendo suas pautas prioritárias, estratégias e táticas utilizadas em suas mobilizações, além de suas visões de mundo, expressas tanto em conceitos, leituras de contextos a partir de determinadas realidades, quanto em demandas direcionadas.

Em 2003, a Agroecologia aparece na pauta da Marcha das Margaridas, por meio do eixo “Meio Ambiente – Promover a sustentabilidade com Agroecologia e um novo padrão energético”. Nesse momento, é destacada a importância de se construir alternativas ao modelo de desenvolvimento que vinha sendo implementado, pensando em uma relação de maior respeito com o meio ambiente, na qual a produção pudesse suprir as necessidades da agricultura familiar sem poluir o ambiente, sendo esse caminho o da transição agroecológica (CONTAG, 2003).

O debate feito no Texto Base, da edição de 2003 foi trazido a partir da contribuição de Maria Emília Pacheco, com um resgate histórico da agricultura, da Revolução Verde e seus impactos, abordando as questões da degradação e da poluição dos solos e das águas, da privatização da água e do modelo energético insustentável, como problemáticas que exigiam respostas dos governos. Na abordagem, ela cita as contribuições do Fórum Carajás, do Esplar - Centro de Pesquisa e Assessoria e da Contag para a

elaboração das reflexões e afirma ter se baseado em artigos sobre a crítica ao modelo atual e à proposta de transição para a Agroecologia, presentes em textos que integraram os Anais do Encontro Nacional de Agroecologia (ENA), realizado em 2002 (CONTAG, 2003).

Nesse momento, a Agroecologia é colocada como um modelo de promoção da sustentabilidade ambiental, um novo caminho para o desenvolvimento agrícola, de relação harmoniosa entre produção, geração de renda e manejo dos recursos naturais - mas, já trazendo o indicativo da importância da equidade social. Aparece como perspectiva para o momento seguinte o elemento da consciência social e da força política.

(...) esse modelo de promoção da sustentabilidade, de uma nova estratégia de desenvolvimento agrícola, baseia-se em princípios da sustentabilidade ambiental e de equidade social. Os processos de gestão e manejo dos recursos naturais é realizado de forma harmoniosa com as características específicas dos vários ecossistemas (CONTAG, 2003)

Ao mesmo passo, as organizações parceiras, entre as quais se pode citar a Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (Miqcb), o Conselho Nacional das Populações Extrativistas (CNS), o Movimento Interestadual de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste (MMTR-NE), a Central Única dos Trabalhadores (CUT) entre outras, contribuíram com o aprofundamento das reflexões sobre a Agroecologia nas pautas da Marcha. Nesse processo, a Marcha das Margaridas, com uma composição ampliada, passou a pautar o movimento sindical, demandando a adoção da perspectiva agroecológica como referência para a construção de seu Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável e para as negociações com o governo. Isso se expressou por meio das demandas das mulheres. Por incentivo às iniciativas de práticas agroecológicas impulsionadas por elas, cobrando por acesso a créditos, capacitação, tecnologias e assessoria técnica. A busca era também pelo reconhecimento do trabalho que já vinha sendo realizado por elas na perspectiva agroecológica:

As mulheres sempre tiveram um outro jeito de lidar que hoje em dia também é chamado de tecnologias sociais, que muitas vezes as mulheres ficaram e a tecnologia seguiu (...) as mulheres sempre estiveram juntas na agroecologia, com essa produção, respeitando o meio ambiente, respeitando a terra... E além de respeitar poupando o pequeno, porque nós sempre tivemos pouca terra (ex-secretária de mulheres da Contag, 2018)

O ano de 2003 foi marcado pelo início do mandato de um governo progressista, alinhado com o campo da esquerda, que possibilitava um diálogo mais próximo, com maior abertura para as demandas apresentadas pelos movimentos sociais. Foi um momento de criação e ampliação de espaços de concertação social, como conselhos e mesas de diálogo, afirmando conceitos coletivamente construídos - como o de desenvolvimento rural, posteriormente, também sustentável. Para as mulheres rurais, esse governo respondeu à demanda de uma instância específica para diálogo com elas, dentro do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), a partir da criação da Diretoria de Política para Mulheres Rurais e Quilombolas (DPMRQ), compreendendo a importância de dar visibilidade à contribuição produtiva e reprodutiva das mulheres para o desenvolvimento rural.

Importa destacar que, quando foi criada essa instância, recebeu o nome de Ações Afirmativas e, logo depois, foi renomeada como Programa de Promoção da Igualdade de Gênero, Raça e Etnia (PPIGRE) e, posteriormente, Assessoria Especial de Gênero, Raça e Etnia (AEGRE). Por fim, em 2012, constituiu-se como Diretoria de Política para Mulheres Rurais e Quilombolas (DPMRQ). Ao mesmo tempo, os movimentos sociais (do campo, ambiental e das mulheres e/ou feministas) vinham fortalecendo alianças e aproximando suas pautas, articulando suas ações reivindicativas e propostas (HEREDIA e CINTRÃO, 2006). No movimento de debater políticas públicas específicas para as mulheres, o tema da Agroecologia vai entrando aos poucos e ganhando corpo.

A agroecologia ganha corpo no conjunto dos outros temas que foi possibilitando, primeiro documento, para as mulheres serem cidadãs; terra, para as mulheres poderem ter título. Eu tenho documento, eu tenho terra, então eu tenho posse. Depois iniciativas de pautar dentro dessas Marchas a política de crédito. Aí é que vem Pronaf mulher, Pronaf Agroecologia, Pronaf... ATER para as mulheres (ex-secretária de mulheres da

Contag, 2018)

Em 2007, a Agroecologia aparece nos documentos diretamente relacionada aos temas Terra e Água (Eixo 2 – Terra, Água e Agroecologia), mas, também, articulada ao eixo da Segurança Alimentar e Nutricional e à construção da Soberania Alimentar, o que faz parte das estratégias de luta que vinham sendo construídas nos movimentos do campo. No caderno de texto da Marcha das Margaridas (Contag, 2007) fica explícita de que forma essa relação se constituiu, pela compreensão de que o acesso à terra e à água são essenciais para a vida das mulheres trabalhadoras rurais e para a produção de alimentos saudáveis, possibilitando segurança alimentar e nutricional, com respeito ao meio ambiente e às pessoas que vivem no campo. Para elas, a Agroecologia - tanto com a adoção de práticas que respeitam a diversidade dos ecossistemas, preservam os mananciais, o patrimônio genético, quanto com sua contribuição para a sustentabilidade da vida humana - poderia representar um apoio, de fato, para a superação das desigualdades de gênero no campo (CONTAG, 2007; BUTTO, 2017). Ela deveria, então, passar a ser uma pauta central em suas lutas e demandas para o Estado:

(...) a gente precisava ter a agroecologia no centro da discussão, sobre a produção de alimentos, sobre o empoderamento das mulheres... olhando que as mulheres estão muito empoderadas nesse espaço da Agroecologia, que é algo do protagonismo das mulheres (mulher representante de organização parceira da Marcha das Margaridas, 2018)

Na pauta da Marcha das Margaridas de 2007 vemos um maior aprofundamento sobre as reflexões conceituais sobre a Agroecologia que, mesmo relacionadas diretamente com o tema da terra e da água, indica um olhar sobre os aspectos da produção de alimentos saudáveis e geração de renda, passa a ser parte de um projeto de desenvolvimento do Governo. Percebemos, nesse momento, o fortalecimento do Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável, da Contag, na busca pela preservação e conservação dos ecossistemas, e entram novos elementos referentes à sustentabilidade da vida, da reprodução, da luta contra as desigualdades de gênero, da necessidade que a Agroecologia rompa com a lógica patriarcal que oprime e violenta as mulheres:

Um grande desafio colocado para a agroecologia é produzir o rompimento com a lógica patriarcal que define uma hierarquia na família, para uma relação de partilha entre as pessoas que participam da unidade familiar de produção. A agroecologia encara este desafio, buscando desconstruir a visão que se naturalizou na sociedade de que lugar de mulher é no espaço doméstico e lugar do homem é no espaço produtivo. Ao contrário, o planejamento e a gestão da produção devem envolver todos os membros da família, pois integra igualmente os trabalhos reprodutivo, doméstico e produtivo (CONTAG, 2007)

A compreensão trazida pelas mulheres, no documento sobre o conceito da Agroecologia, indica uma releitura crítica dos conceitos clássicos de Gliessman (2000) e Altieri (1989), trazendo elementos que coadunam com as percepções de Sevilla Guzmán (1993; 2001), na medida em que partem da ideia da inseparabilidade dos sistemas sociais e ecológicos, dos agentes sociais e dos ecossistemas na Agroecologia. Ela soma-se, ainda, à visão de Vandana Shiva (2006), que traz a necessidade de que as preocupações, as prioridades e as percepções das mulheres sejam consideradas frente a um sistema patriarcal que precisa ser desmontado. Essa compreensão aprofunda as reflexões vindas de Pacheco (2002), sobre a contribuição das mulheres na conservação e o uso da biodiversidade, na sustentabilidade da vida e do meio ambiente e, portanto, na construção do conhecimento agroecológico.

Agroecologia é bastante ampla, porque ela questiona o modelo, ela é muito mais abrangente do que uma técnica ou um modo de produzir, ela questiona as relações. E as mulheres (quando) trazem agroecologia elas trazem com força isso e colam nas questões de gênero que já vinham sendo elaboradas (ex-assessora da Secretaria de Mulheres da Contag, 2018)

Essas reflexões expressam a contribuição de mulheres e organizações que compunham o GT Mulheres da ANA, e que participavam da Marcha das Margaridas, a partir de suas organizações e movimentos, em 2007. Na pauta da Marcha das Margaridas, essa preocupação aparece de forma expressa quando apresenta como um desafio para o desenvolvimento rural sustentável incorporar aos debates sobre o trabalho produtivo as questões referentes ao trabalho reprodutivo, domésticos e de cuidados.

Esse desafio dialoga com as discussões de economistas feministas como Carrasco (2003), Nalu Faria e Miriam Nobre (2002), ao buscarem dar visibilidade e mostrar a importância econômica do trabalho reprodutivo. Um grande desafio colocado para a Agroecologia é produzir o rompimento com a lógica patriarcal que define uma hierarquia na família, para uma relação de partilha entre as pessoas que participam da unidade familiar de produção. As mulheres passam a pautar o movimento agroecológico para que esse encare o desafio de desconstruir a visão que se naturalizou na sociedade, de que lugar de mulher é no espaço doméstico e lugar do homem é no espaço produtivo. Ao contrário, o planejamento e a gestão da produção devem envolver todos os membros da família, pois integra igualmente os trabalhos reprodutivos, domésticos e produtivos (CONTAG, 2007, p. 15).

Na Marcha das Margaridas, de 2011, as mulheres seguem com o tema “Terra, Água e Agroecologia” e mantêm forte a relação com os debates da defesa da biodiversidade e da democratização dos recursos naturais, assim como da Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional. O destaque para a necessidade de combate ao latifúndio, ao agronegócio e ao sistema capitalista, que trata a natureza e as pessoas como mercadoria, continua na centralidade do debate. É reforçada a importância de pensar a Agroecologia e o manejo dos recursos naturais em seus aspectos produtivos, ambientais e sociais, considerando as dimensões ecológica-produtiva, socioeconômica e sociopolítica (GUZMÁN, 2001).

Vemos que essa pauta reafirma a perspectiva da Economia Feminista, debatido por Cristina Carrasco (2006), Nalu Faria e Miriam Nobre (2002), quando aprofunda reflexões e traz mais elementos para o debate, fica explícito, no debate da divisão sexual do trabalho, a necessidade da valorização e divisão justa do trabalho doméstico e de cuidados, a importância da sistematização de experiências das mulheres, além da valorização dos saberes tradicionais, dialogando, assim, com a concepção de Guzmán.

Em 2011, as mulheres destacaram os espaços dos quintais produtivos e dos arredores de casa como lugares em que, historicamente, elas veem desenvolvendo a Agroecologia, produzindo de forma diversificada, desde o cultivo de plantas medicinais, passando pela criação de pequenos animais, pela produção de hortaliças e de frutíferas. Elas refletem que esse espaço passou a ser considerado como um lugar de mulher, por ser próximo de casa, onde as atividades se desenvolvem como uma extensão do trabalho doméstico, tornando possível a compatibilização do trabalho produtivo com o reprodutivo, doméstico e de cuidados.

Tradicionalmente, as mulheres desenvolvem experiências de produção nos quintais e arredores da casa, para compatibilizar com os trabalhos domésticos e de cuidados, que ficam sob sua inteira responsabilidade. Tais experiências estão voltadas predominantemente para a produção de subsistência e reproduzem saberes tradicionais que se fundamentam no respeito à biodiversidade e na produção de alimentos saudáveis (CONTAG, 2011).

No entanto, esse espaço, ainda tão marcado pela divisão sexual do trabalho, foi problematizado e ressignificado pelas mulheres do campo, a partir da percepção da importância de se reconhecer e valorizar a produção das mulheres nos quintais, sua grande contribuição econômica e de preservação da sociobiodiversidade, além do trabalho reprodutivo como essencial para a sustentabilidade da vida. Essa perspectiva foi incorporada nas demandas por políticas públicas que pudessem reconhecer e valorizar a contribuição desse trabalho para a economia e a renda, além da produção para o autoconsumo e, assim, apoiar as atividades produtivas que elas veem desenvolvendo (PACHECO, 2002; SILIPRANDI, 2015). Mesmo prevalecendo a análise de que visibilizar e valorizar o trabalho das mulheres e sua contribuição econômica nos quintais produtivos, é fato que havia, e ainda há, uma preocupação de que a valorização do trabalho das mulheres nos quintais possa acabar por “aprissonar as mulheres nesse lugar”, como podemos ver nos depoimentos abaixo.

No início eu me lembro que quando se discute sobre os fomentos para os Quintais e tudo... Será que nós não estamos reforçando a concepção de que as mulheres estão confinadas ao espaço da casa e ao quintal? Isso é uma questão que tinha dentro do nosso movimento. E eu acho que a gente conseguiu ir avançando. E dizendo não, aí é um espaço de trabalho, quer dizer que as mulheres de fato têm um protagonismo e é também uma plataforma de lançamento para a conquista de outros espaços (homem representante da ANA)

Por fim, nos documentos da Marcha das Margaridas, de 2015, o eixo estruturador relacionado à agroecologia “As Margaridas na Luta por Terra, Água e Agroecologia: Pilares de Sustentação da Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional” foi uma recomposição dos formatos anteriores, retomando, de forma articulada, as questões e explicitando o acesso à terra, à água e a produção agroecológica como fundamentais para a produção de alimentos saudáveis e a Soberania e Segurança Alimentar. Nesse ano, a demanda por fomentos para os quintais produtivos e agroecológicos ganham grande destaque, articulada às realidades das regiões e biomas e às diferentes formas como esses se organizam. As mulheres do GT Mulheres da ANA tiveram importante contribuição nos debates sobre as concepções de Agroecologia, passando, a partir de 2015, a integrar, oficialmente, a coordenação ampliada da Marcha das Margaridas.

Analisando o lema do ano de 2015, verifica-se um diferencial em relação às pautas anteriores, em que todos os eixos temáticos demarcavam, explicitamente, o sujeito da ação, definido, a partir desse momento, como As Margaridas (Contag, 2015; BUTTO, 2017). Nesse momento o conceito de Agroecologia é apresentado da seguinte forma:

A agroecologia é um modo de produzir, relacionar e viver na agricultura e implica em relações respeitadas e igualitárias entre homens, mulheres, jovens, idosas e estas/es com a natureza. Significa respeito à diversidade de tradições, culturas, saberes, bem como a proteção à sociobiodiversidade, ao patrimônio genético e aos bens comuns (CONTAG, Cadernos de Textos, 2015, p. 24)

Ao analisar as falas e parte dos trechos do Caderno de Textos da Marcha das Margaridas 2015 podemos identificar, com relação ao conceito da Agroecologia, que aparece mais forte o aspecto do movimento e da organização coletiva em torno da mudança de sociedade, em especial na afirmação do lema “Sem feminismo não há Agroecologia”, trazendo o elemento da luta pela igualdade entre homens e mulheres como algo indissociável da perspectiva agroecológica (BUTTO, 2017).

Discussão – Agroecologia na Marcha das Margaridas: olhando para o percurso e as mudanças conceituais

Ao analisar o processo de aproximação da Marcha das Margaridas à Agroecologia, vimos, a partir da identificação, por parte das mulheres, de que elas já trabalhavam na perspectiva da sustentabilidade da vida, da preservação das sementes, da conservação das terras e águas e do respeito ao meio ambiente, elas já estavam fazendo a Agroecologia. Elas já eram agroecológicas antes de sabê-lo e já eram feministas antes de exercer esse direito.

Nesse percurso, sobre o conceito da Agroecologia dentro das pautas da Marcha, vimos que ele, inicialmente, estava muito relacionado ao tema ambiental, passando por uma perspectiva mais relacionada ao modo de produção. Mas as mulheres foram problematizando e trazendo novos elementos referentes às relações sociais e às desigualdades de gênero, questionando a divisão sexual do trabalho e a invisibilidade do seu trabalho produtivo, além do doméstico e de cuidados (tão fundamentais para a vida), passando a ter a Economia Feminista como uma perspectiva de análise. Passaram, então, a afirmar o lema “Sem feminismo não há agroecologia”.

Ao longo dessa trajetória, as parceiras da Marcha (denominação utilizada pela Contag e reafirmada pelo conjunto das organizações que a construíram) foram fundamentais para as mudanças conceituais e o aprofundamento do debate sobre a Agroecologia que as mulheres constroem e defendem, a exemplo da Marcha Mundial das Mulheres, do MMTR-NE e do GT Mulheres da ANA. Percebeu-se, ainda,

que o processo de organização e crescimento da pauta da Agroecologia na Marcha teve grande relação com o ambiente de ampliação e fortalecimento desse debate no processo de organização e fortalecimento da ANA, da sociedade, da academia e nas políticas públicas.

O processo de organização e construção da Marcha das Margaridas, ao se somar às ações das feministas agroecológicas, teve um papel fundamental de contribuição para a ampliação tanto das reflexões teóricas-conceituais da Agroecologia quanto do aprofundamento de sua relação com o feminismo e a luta das mulheres rurais. As duas frentes de lutas se somaram, cresceram e trouxeram visibilidade para esses dois temas, tornando-os atuais e urgentes para assegurar conquistas e transformação social para as mulheres como um todo.

Outra questão central, que não deve ser esquecida, diz respeito ao fato de as mulheres trabalhadoras rurais terem dado uma contribuição fundamental, através da organização da Marcha das Margaridas, puxada pela Secretaria de Mulheres da Contag, para a introdução e ampliação das discussões da pauta de Agroecologia dentro do movimento sindical, como afirmam as entrevistas. Da mesma forma, defenderam que o debate do feminismo também fazia parte dessa luta, uma vez que esses temas são estruturantes e que devem ser orientadores da ação coletiva. Na luta e na resistência interna e externa do movimento, as mulheres rurais seguiram se fortalecendo junto com o movimento feminista e nos debates sobre Agroecologia

Com isso, a capacidade das mulheres, de articulação com os diferentes sujeitos, foram se fortalecendo e se ampliando, resultando em alianças e passando a ganhar reconhecimento dentro e fora da Contag, seja na defesa da Agroecologia, seja nas questões sobre o feminismo. Essa força também resultou para que o movimento sindical, com seu peso e capilaridade, se posicionasse e pautasse a Agroecologia como modo de vida, de produção, de reprodução social e de construção de novas relações.

Similarmente, essa capacidade também facilitou a discussão sobre a Agroecologia no âmbito do Estado. As cobranças para que os governos implementassem políticas públicas que fortalecessem as experiências agroecológicas que vinham sendo desenvolvidas pelos movimentos sociais e por diversas organizações da sociedade civil, estabeleceram que essa era uma pauta prioritária para elas.

No entanto, vale destacar que ainda é desafiador o processo de incorporação da questão de gênero pelo movimento agroecológico, assim como da Agroecologia por parte dos movimentos sociais do campo.

Por fim, pode-se afirmar que a convergência dos temas da Agroecologia e a pauta da Marcha das Margaridas desses fatores contribuiu para muitas conquistas, mas foi o acúmulo de forças e o peso político da Marcha das Margaridas que conseguiu pressionar o Governo Federal (com o impacto de 70 mil mulheres nas ruas de Brasília), de forma que ele assumisse o compromisso de construir uma política de Agroecologia no País.

Referências

- ALTIERI, M. A. **Agroecologia: as bases científicas da agricultura alternativa**. 2. ed. Rio de Janeiro: PTA- FASE, 1989. 240 p.
- BRUSCHINI, C. **O uso das abordagens quantitativas em pesquisas sobre relações de gênero**. In: BRUSCHINI, Cristina; COSTA, Albertina. (Orgs.). Uma questão de gênero. Rio de Janeiro: Rosados Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992, p. 289-309.
- BUTTO, A. **Movimentos sociais de mulheres rurais no Brasil: a construção do sujeito político**. 2017. Tese (Doutorado em Sociologia). Universidade Federal de Pernambuco, Programa de Pós-Graduação de Sociologia, Recife/PE, 2017.
- CALAÇA, M. **Rompendo a cerca do isolamento: as relações entre a Agroecologia e as questões de gênero**. Dissertação apresentada para obtenção do título de mestre em Serviço social. UFPE. Recife. 2012.
- CARRASCO, C. **A sustentabilidade da vida humana: um assunto de mulheres**. In: FARIA, Nalu; NOBRE, Miriam. (orgs.). A produção do viver: ensaios de economia feminista. São Paulo: SOF, 2003. (Coleção Cadernos Sempre Viva. Série Gênero, Políticas Públicas e Cidadania 7).
- _____. **La economía feminista: una apuesta por otra economía**. In: VARA, María Jesús (Coord.). Estudios sobre género y economía. Madrid: Akal. 2006. p. 29-62.

- CASADO, G. et al. et al. (Coords). **Introducción a la agroecología como desarrollo sostenible**. Revista Española de Investigaciones Sociológicas. V. 95, n.1, p. 213-217, 2001.
- CONTAG. **Texto base para debates – Marcha das Margaridas 2003**. Brasília: Contag/Fetags/STTRs/CUT/Secretaria de Mulheres do CNS/MMTE/NE/ MIQCB/MLT – REDE LAC, MMM, SOF, Esplar, Fase, CPT, Casa Lilás, Fórum Carajás, Loucas de Pedra Lilás, 2003.
- _____. **Caderno de textos para estudo e debates – Marcha das Margaridas 2007**. Brasília: Contag/Fetags/STTRs/CUT – MMTE/NE, MIQCB, CNS, MAMA, REDE LAC, MMM, 2007.
- _____. **Caderno de textos para estudos e debates – Marcha das Margaridas 2015**. Brasília: Contag/Fetags/STTRs/CUT. Brasília, 2015.
- DIAS, M. **Teoria e métodos dos estudos feministas: perspectiva histórica e hermenêutica do cotidiano**. In: COSTA, A; BRUSCHINI, C. (Orgs.) Uma questão de gênero (pp. 39-53). Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992.
- EICHLER, M. **Nonsexist research methods: A Practical guide**. Winchester: Allen & Unwin, Inc, 1988.
- FARIA, N.; NOBRE, M. (Orgs.). **A produção do viver: ensaio de economia feminista**. São Paulo: SOF, 2002.
- FRANCIS, C. et al. **Agroecology: the ecology of food systems**. Journal of Sustainable Agriculture, v. 22, n. 3, p. 99-118, 2003.
- FEIDEN, A. **Agroecologia: introdução e conceitos**. In: AQUINO, A. M.; ASSIS, R. L. (orgs) *Agroecologia: Princípios e Técnicas para uma Agricultura*. Brasília, DF: EMBRAPA, 2005.
- GLIESSMAN, S. **Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável**. Porto Alegre: Editora da Universidade UFRGS, 2000.
- _____. **Agroecology: The ecology of sustainable food systems (2nd ed.)**. Boca Raton, FL: CRC Press/Taylor & Francis, 2007.
- GUZMÁN, S. **Uma estratégia da sustentabilidade a partir da agroecologia**. Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável, Porto Alegre, vol. 1, nº 1, p.35-45, 2001.
- HEREDIA, B.; CINTRÃO, R. **Gênero e acesso a políticas públicas no meio rural brasileiro**. *Revista NERA* – ano 9, n. 8 – janeiro/junho de 2006.
- JALIL, L. **As flores e os Frutos da luta: o significado da organização e da participação política para as Mulheres Trabalhadoras Rurais**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais, Desenvolvimento, Agricultura), Rio de Janeiro, UFRJ, 2013
- LUZZI, N. **O debate agroecológico no Brasil: uma construção a partir de diferenças atores sociais**. 2007. 182f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2007.
- MONTEIRO, D.; LONDRES, F. **Pra que a vida nos dê flor e frutos: notas sobre a trajetória do movimento agroecológico no Brasil**. In: SAMBUICHI, R. org. et al. *A Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica no Brasil: uma trajetória de luta pelo desenvolvimento rural sustentável*. Brasília, IPEA, 2017.
- MOREIRA, S. L. S.; FERREIRA, A. P.; SILIPRANDI, E. **Memória das mulheres na agroecologia do Brasil**. In: SANCHEZ, G. P. Z. et al. (Coord). *Agroecología em femenino: reflexiones a partir de nuestras experiencias*. SOCLA, 2018
- NEVES, S.; NOGUEIRA, C. **Metodologias feministas: a reflexividade a serviço da investigação nas Ciências Sociais**. *Psicologia Reflexão e Crítica*, 18 (3), 408-412, 2005.
- NOBRE, M. **Economia solidaria, agroecologia y feminismo: prácticas para la autonomía en la organización del trabajo y de la vida**. In: VERSCHUUR, C. et al. *Une économie solidaire peut-elle être féministe? Homo oeconomicus, mulher solidaria*. Paris: L'Harmattan, p. 273-294, 2015.
- _____. **Relações de gênero e agricultura familiar**. In: NOBRE, M. et al (org.). *Gênero e agricultura familiar*. SP: SOF, 1998.
- PACHECO, M. E. L. **Em defesa da agricultura familiar sustentável com igualdade de gênero**. In: GT Gênero – Plataforma de Contrapartes Novib/SOS Corpo. *Perspectivas de gênero: debates e questões para ONGs*. Recife: Gênero e Cidadania, 2002.
- _____. **Os caminhos das mudanças na construção da Agroecologia pelas mulheres**. In. *AGRICULTURAS: EXPERIÊNCIAS EM AGROECOLOGIA*. Mulheres construindo a agroecologia. Rio de Janeiro, v.6, n.4, dez. 2009.
- PIRES, M. J. S.; RAMOS, P. **O termo modernização conservadora: sua origem e utilização no Brasil**. *REN – Revista Econômica do Nordeste*. Vol. 40, nº 3, 2009.
- SEVILLA GUZMÁN, E. e MOLINA, M. G. **Ecología, Campesinado y Historia: para una reinterpretación del desarrollo del capitalismo en la agricultura**. In: *Ecología, Campesinado y Historia*, Guzmán y Molina, orgs., Córdoba: Endimión, 1993.
- SEVILLA GUZMÁN, E. **Uma estratégia da sustentabilidade a partir da agroecologia**. Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável, Porto Alegre, vol. 1, nº 1, p.35-45, jan/mar, 2001.
- SILIPRANDI, E. **Mulheres e Agroecologia: transformando o campo, as florestas e as pessoas**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2015.
- SHIVA, V. **Manifiesto para una democracia de la tierra**. Justicia, sostenibilidad y paz. Barcelona: Paidós, 2006.

WEZEL, A. S. et al. **Agroecology as a science, a movement and a practice**. A review. In: *Agronomy for Sustainable Development*, Paris, n. 29, p. 503-515, 2009.